

1449

DM



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CRIMINAL Nº
0002977-68.2016.8.08.0013
RECORRENTE: JOAQUIM ANTONIO COGO
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**

DECISÃO

Cuida-se de *recurso extraordinário* interposto por **JOAQUIM ANTONIO COGO**, com fulcro no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, inconformado com o teor do v. acórdão oriundo da c. 1ª Câmara Criminal deste eg. Tribunal de Justiça, sustentando, em suma, a existência de violação ao disposto no artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea "c" da Constituição Federal (fls.1398/1411).

Contrarrazões devidamente apresentadas pelo MPES.

FUNDAMENTO E DECIDO.

O v. acórdão está assim ementado:

APELAÇÃO CRIMINAL HOMICÍDIO QUALIFICADO
DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS
INEXISTÊNCIA DE LASTRO PROBATÓRIO MÍNIMO PARA FUNDAMENTAR A
DECISÃO DOS JURADOS RECURSO PROVIDO. 1. A sentença deverá ser
anulada e os acusados submetidos a novo julgamento pelo Tribunal do
Júri, quando este proferir decisão manifestamente contrária à prova dos
autos. 2. A decisão proferida pelo Conselho de Sentença deve
fundamenta-se no conjunto de provas dos autos, sob pena de violar o art.
593, III, d do CPP. (TJES, Classe: Apelação, 013160028513, Relator:
PEDRO VALLS FEU ROSA - Relator Substituto : MARCELO MENEZES
LOUREIRO, Órgão julgador: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, Data de
Julgamento: 30/01/2019, Data da Publicação no Diário: 08/02/2019)

Compete ao c. Supremo Tribunal Federal a guarda da Constituição Federal, cabendo-lhe julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo constitucional, declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal, julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição e, por fim, julgar válida lei local contestada em face de lei federal (art. 102, III, "a", "b", "c" e "d").



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA**

No presente recurso, não está adequadamente demonstrada a repercussão geral da questão constitucional discutida, nos termos do artigo 1.035, § 2º, do CPC/2015, para a finalidade prevista no art. 102, § 3º, da CRFB/1988, estando ausente a necessária fundamentação para fins de conhecimento do presente mecanismo excepcional.

O recorrente deveria declinar de forma adequada a existência de questões constitucionais relevantes sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos das partes no caso concreto, sendo inaceitável que assim o faça implicitamente, por menção genérica à existência de repercussão geral (*nesse sentido: AC 2041/MG - Relator: Min. EROS GRAU - DJe-092 DIVULG 21/05/2008 PUBLIC 23/05/2008*).

Frente ao exposto, calha à justeza o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal no sentido de que se inclui "no âmbito do juízo de admissibilidade - seja na origem, seja no Supremo Tribunal - verificar se o recorrente, em preliminar do recurso extraordinário, desenvolveu fundamentação especificamente voltada para a demonstração, no caso concreto, da existência de repercussão geral (...) cuida-se de requisito formal, ônus do recorrente, que, se dele não se desincumbir, impede a análise da efetiva existência da repercussão geral, está sim sujeita à apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal (Art. 543-A, § 2º)" (STF - AI-QO 664567/RS - Pleno. - Rel. Min. Sepúlveda Pertence - DJU 06.09.2007, p.174). Nesse mesmo sentido:

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. FUNDAMENTAÇÃO A RESPEITO DA REPERCUSSÃO GERAL. INSUFICIÊNCIA. EXAME DE DIREITO LOCAL. INVIABILIDADE. SÚMULA 280/STF. REAPRECIAÇÃO DE PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 279 DO STF. INTERPOSIÇÃO DO RECURSO PELA ALÍNEA C DO ART. 102, III. DESCABIMENTO. 1. Os recursos extraordinários somente serão conhecidos e julgados, quando essenciais e relevantes as questões constitucionais a serem analisadas, sendo imprescindível ao recorrente, em sua petição de interposição de recurso, a apresentação formal e motivada da repercussão geral, que demonstre, perante o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, a existência de acentuado interesse geral na solução das questões constitucionais discutidas no processo, que transcenda a defesa puramente de interesses subjetivos e particulares. 2. A obrigação do recorrente em apresentar formal e motivadamente a preliminar de repercussão geral, que demonstre sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, a relevância da questão constitucional debatida que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, conforme exigência constitucional e

1450
10m



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA**

legal (art. 102, § 3º, da CF/88, c/c art. 1.035, § 2º, do CPC/2015), não se confunde com meras invocações desacompanhadas de sólidos fundamentos no sentido de que o tema controvertido é portador de ampla repercussão e de suma importância para o cenário econômico, político, social ou jurídico, ou que não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide, muito menos ainda divagações de que a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL é incontroversa no tocante à causa debatida, entre outras de igual patamar argumentativo.

3. A reversão do julgado depende da análise da legislação local e do conjunto probatório constante dos autos, o que é incabível em sede de recurso extraordinário, conforme consubstanciado nas Súmulas 280/STF (Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário) e 279/STF (Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário). 4. O Recurso Extraordinário não pode ser conhecido pelo permissivo da alínea c do inciso III do art. 102 da Constituição Federal, uma vez que o acórdão recorrido não julgou válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição. 5. Agravo interno a que se nega provimento. Não se aplica o art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista que não houve fixação de honorários advocatícios nas instâncias de origem." (AI 840409 AgR, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 01/12/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-288 DIVULG 13-12-2017 PUBLIC 14-12-2017). [Destaquei].

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL. CONVERSÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RETIDO. MANDADO DE SEGURANÇA. **PRELIMINAR FORMAL DE REPERCUSSÃO GERAL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. ARTIGO 327, § 1º, DO RISTF.** RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO JUÍZO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE DE MAJORAÇÃO NESTA SEDE RECURSAL. ARTIGO 85, § 11, DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO." (ARE 999021 ED-AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 17/03/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-077 DIVULG 17-04-2017 PUBLIC 18-04-2017). [Destaquei].

Além disso, denota-se que o presente recurso não reúne condições de admissão. Isso porque, a alegada ofensa ao artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea "c" da Constituição Federal seria, se de fato verificada, meramente indireta ou reflexa, pois a pertinência dependeria forçosamente de exame prévio de normas infraconstitucionais, o que obstaculiza o acesso à instância extraordinária.

Ainda que superada a deficiência supra, tem-se que a pretensão recorrente também esbarra na Súmula 279/STF, segundo a qual, "*para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário*", notadamente porque a c. Câmara julgadora sedimentou o seu entendimento apoiada nos fatos e nas provas dos autos, sendo descabido, agora, o revolvimento de tais elementos.

1451
10m



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA**

A propósito, esse é o posicionamento do c. STF:

"[...] No RE, fundado no art. 102, III, a, da Constituição, aponta-se violação do art. 5º, XXXVIII, c, mesma Carta. A pretensão recursal não merece acolhida. Isso porque, o acórdão recorrido decidiu a questão alusiva à suposta contradição entre a decisão dos jurados e as provas dos autos com fundamento na interpretação da legislação infraconstitucional aplicável à espécie (Código Penal e Código de Processo Penal), bem como no conjunto fático-probatório constante dos autos. Dessa forma, o exame das alegadas ofensas ao texto constitucional envolve a reanálise da interpretação dada àquelas normas pelo juízo a quo, além de incidir, na espécie, a Súmula 279/STF, o que inviabiliza o extraordinário. [...]" (ARE 1138782, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, julgado em 20/06/2018, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-125 DIVULG 22/06/2018 PUBLIC 25/06/2018). [Destaquei].

Por essas razões, **NÃO ADMITO** o recurso.

Intimem-se. Publique-se.

Após, preclusas as vias recursais, e adotadas as cautelas de estilo, remetam-se os autos ao Juízo de origem.

Vitória/ES, 25 de outubro de 2019.


Desembargador Ney Batista Coutinho
Vice-Presidente do TJES

1452
DM